

GT59: Patrimônio cultural imaterial para além da institucionalidade: apropriações, ressignificações, usos e efeitos

Lorena Avellar de Muniagurria, Caio Csermak

Reuniremos pesquisas que considerem o patrimônio imaterial (PI) e que permitam refletir sobre apropriações e ressignificações de processos de registro, pesquisa ou salvaguarda por sujeitos e coletivos reconhecidos como detentores. Interessa-nos tratar de sentidos, efeitos e resultados inesperados, secundários ou paradoxais que surgem quando olhamos para além dos limites institucionais mais visíveis das políticas de PI e quando consideramos a popularização dos debates e do vocabulário do "patrimônio". Após 20 anos de uma política federal de PI (Decreto 3.551/2001), contamos com um significativo arcabouço de experiências e análises que permitem avaliar como conceitos, vocabulário e práticas institucionais do PI foram apropriados, disputados e instrumentalizados por atores como grupos de culturas populares e tradicionais, povos indígenas, coletivos artísticos, produtores e agentes de cadeias produtivas da cultura, etc. Convidamos trabalhos sobre bens (potencial ou efetivamente) patrimonializados no Brasil (qualquer das três esferas da federação) ou alhures que contribuam para essa avaliação, tratando de casos como: (re)configurações de grupos e comunidades; espetacularização das culturas populares; desenvolvimento de novos modos de relação entre comunidades e Estado; criação de formas situadas de pensar e operacionalizar o patrimônio; disputas por status e recursos, e pela definição de legitimidades e narrativas; usos do PI em conflitos políticos e territoriais; entre outros.

Quando o campo é patrimônio cultural imaterial: produção de relatório técnico e algumas questões teórico-metodológicas e práticas do fazer antropológico institucionalizado

Autoria: Gilda Conceição Silva

O campo de patrimônio cultural está em constante formação e mudança, entre outros motivos, devido a resultados de experiências práticas da produção técnica cotidiana, resultante, quase sempre, do saber teórico e metodológico da antropologia e/ ou de áreas afins, bem como do debate decorrente desta produção. Neste artigo, apresento como ocorreu, na Bahia, no âmbito da esfera pública estadual, a instrução dos três primeiros processos de revalidação dos patrimônios culturais Festa de Santa Bárbara (Salvador), Festa da Boa Morte (Cachoeira) e Carnaval de Maragogipe (Maragogipe). Estes patrimônios estão salvaguardados pelo instrumento protetivo jurídico Registro Especial de Patrimônio Imaterial, título dado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA). Assim, entre outras discussões, abordo a metodologia, contexto e resultados que envolveram os processos de preservação destes patrimônios e a emissão de seus primeiros relatórios técnicos de revalidação. As instruções destes processos constituem-se em marco relevante e pioneiro, não apenas para os patrimônios salvaguardados e seus detentores/ produtores, mas, também, para o campo do patrimônio cultural imaterial, sendo norteador para futuros trabalhos de revalidação de patrimônios culturais imateriais produzidos por profissionais de antropologia e áreas afins.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

